

Aviso n.º 18673/2009

Procedimento concursal para provimento de lugar para o cargo de direcção intermédia 2.º grau — Chefe de Divisão de Segurança de Barragens, do Departamento de Obras, Protecção e Segurança do Instituto da Água, I. P. (INAG, I. P.).

1 — Nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e a Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2009), faz-se público que, por despacho do Presidente do Instituto da Água, I. P., se encontra aberto pelo prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia de publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal para provimento do cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau, da Divisão de Segurança de Barragens, de acordo com o Despacho 17303/2007, publicado no *Diário da República* n.º 150, 1.ª série de 06 de Agosto, que criou as unidades orgânicas flexíveis, rectificado pelo Despacho n.º 926/2009 de 13 de Janeiro, publicado no *Diário da República* n.º 8, 1.ª série, de 13 de Janeiro.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e dos métodos de selecção, bem como a formalização da candidatura constará na publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), no site www.bep.gov.pt, a partir do segundo dia da data de publicação no *Diário da República*, de acordo com o artigo 21.º da referida lei. E na página electrónica deste Instituto www.inag.pt.

9 de Outubro de 2009. — O Presidente, *Orlando Borges*.
202438362

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso (extracto) n.º 18674/2009

Abertura de procedimento concursal para o cargo de chefe de divisão Municipal de Tratamento e Análise de Águas Potáveis

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01 alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30/08, conjugados com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20/04, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/06 de 7/6 e, por deliberação do Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados em reunião de 29 de Dezembro de 2008, torna-se público que foi autorizada a abertura de procedimento concursal tendente à constituição da relação jurídica de emprego público em comissão de serviço de 3 anos, no cargo de Chefe de Divisão Municipal de Tratamento e Análise de Águas Potáveis, nos termos definidos no aviso a publicar na BEP — Bolsa de Emprego Público, até ao 3.º dia após a publicação deste aviso no *Diário da República*.

O prazo para apresentação das candidaturas é de 10 dias úteis a contar do dia da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público.

12 de Outubro de 2009. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge M. F. Baptista*.

302432716



PARTE J2

MUNICÍPIO DE ARRONCHES

Aviso (extracto) n.º 18675/2009

No uso das competências que me são conferidas pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, torna-se público que foi posicionado na respectiva carreira, nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, mantendo-se em comissão de serviço no respectivo cargo dirigente, o seguinte trabalhador desta Câmara Municipal:

Carlos Manuel Cascalheira Rodrigues (Chefe de Divisão Administrativa e financeira) — Técnico Superior Assessor, escalão 1, índice 610, com efeitos a partir de 16 de Agosto de 2007.

10 de Fevereiro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Gil Romão*.
302440484

FREGUESIA DE CANEÇAS

Aviso n.º 18676/2009

Alteração de posicionamento remuneratório

Torna-se público que por meu despacho, datado de 18 de Agosto de 2009, determinei a alteração de posicionamento remuneratório, ao abrigo do artigo 47.º, 1 da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 (LVCR), a trabalhadores desta autarquia inseridos nas Carreiras e Categorias do Mapa de Pessoal, nomeadamente Assistente Técnica Ana Paula Machado Abrantes Faria, para a 7.ª posição/nível 12, remuneração de 1047€; Assistentes Operacionais Cristina Maria Taveira Correia, para a 4.ª posição/nível 4, remuneração de 635,07€; Delfina Conceição Cruz Santos, para a 5.ª posição/nível 5, remuneração de 683,13€; Liliana Lurdes Cunha Santos, para a 4.ª posição/nível

4, remuneração de 635,07€; Raul Jorge Teixeira Santos, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€; Teresa Conceição Fonseca Pires, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€; José Manuel Alves Silva, para a 6.ª posição/nível 6, remuneração de 738,05€; Adelino Dias Geraldês, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€; Ana Cristina Sousa Leitão Rolo, para a 4.ª posição/nível 4, remuneração de 635,07€; Augusto José Alves Pereira, para a 6.ª posição/nível 6, remuneração de 738,05€; Rui Rebelo Bandeiras, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€; Maria Conceição Fernandes Santos, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€; Pedro Alexandre Oliveira Branco, para a 3.ª posição/nível 3, remuneração de 583,58€.

Ouvido o Conselho Coordenador de Avaliação e ao abrigo do artigo 48.º, 1 e 2 da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 (LVCR) determinei a alteração de posicionamento remuneratório, de acordo com o regime excepcional, a trabalhadores desta autarquia inseridos nas Carreiras e Categorias do Mapa de Pessoal, nomeadamente Assistente Técnica Maria João Barroso Pólvora Duarte, atendendo às funções que exerce na área de contabilidade, ressaltando-se a dinâmica, inovação e rigor que vem promovendo, para a 5.ª posição/nível 10, remuneração de 944,02€; Assistente Técnica Lucinda Felisbela Espírito Santo Monteiro, pela implementação de uma nova dinâmica no Serviço de Pessoal, bem como um total empenho na interpretação e aplicação atempada das novas leis de Gestão de Recursos Humanos na Função Pública, para a 2.ª posição/nível 7, remuneração de 789,54€; Assistente Operacional Herculano Joaquim Proença, pela diminuição significativa de custos e aumento da qualidade do Serviço de Obras e Manutenção, para a 6.ª posição/nível 6, remuneração de 738,05€; Assistente Operacional Manuel Joaquim Campos Mugeiro, pelas funções de coordenação que desempenhou exemplarmente, sem que para isso tivesse qualquer alteração remuneratória, para a 4.ª posição/nível 4, remuneração de 635,07€. O Conselho Coordenador de Avaliação emitiu parecer favorável à alteração destes últimos funcionários em 7 de Julho de 2009, tendo considerado que estavam reunidas as condições legais exigidas.

21 de Setembro de 2009. — O Presidente, *Armando Pires Fernandes*.
302433145